

Política e Poder Judiciário

Código: 387681

Professor: Pablo Holmes

Horário: Terça-Feira, das 14:00h às 17:40.

Local: A matéria será oferecida online, dadas as medidas da UnB relativas à pandemia de Covid-19.

EMENTA: O propósito da disciplina é introduzir o debate sobre as relações entre o Poder Judiciário e a política. O programa de leituras reflete uma tentativa de consolidar uma abordagem de tribunais pela ciência política que assume três premissas fundamentais: (i) tribunais e juízes são atores políticos e merecem ser estudados como tais; (ii) o direito importa e possui especificidades, conferindo a atores judiciais certas capacidades institucionais distintas; e (iii) juízes e tribunais influenciam e são influenciados por outros atores e pelo sistema político como um todo.

A primeira parte do curso será dedicada ao debate teórico sobre qual *deve ser* o papel do Judiciário em uma democracia, com destaque ao papel da jurisdição constitucional e sua relação com a política. A segunda parte do curso será dedicada ao contexto brasileiro, com ênfase sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal e sua relação com os demais atores do sistema político. Aulas expositivas sobre temas pré-definidos serão intercalados com seminários dedicados a estudos de caso.

Metodologia:

- O curso será organizado em seções com dois momentos. Primeiramente, haverá um seminário e, depois de uma pausa, haverá uma exposição do professor sobre o tema.
- Nos seminários, alguém apresentará um texto escolhido, em até 30 minutos, ao que se seguirá um debate mediado pelo professor.
- Os textos serão curtos. E não serão tão numerosos. Espera-se então que sejam lidos.
- Estudantes deverão enviar até o dia anterior às 18h, para o grupo de e-mails da disciplina (que será criado depois da primeira aula), 3 questões diretas e relativas a pelo menos um texto que será discutido no dia seguinte.
- Estudantes terão que realizar ao menos 3 resenhas dos textos propostos. Todas serão entregues pelo moodle. As resenhas devem ter no máximo 400 palavras.

Avaliação: A avaliação será composta de acordo com o seguinte:

20% - Assiduidade e participação

20% - Entrega das resenhas dos textos propostos e das questões prévias.

60% - Artigo ao final do curso.

Regras para o Artigo Final:

- O artigo final deverá ser relacionado a uma das temáticas trabalhadas durante o curso, usando a bibliografia proposta.
- O artigo deverá ter entre 4000 e 6000 palavras, deverá usar regras de citação autor/data e ter referências aos textos utilizados.
- A bibliografia deve ser apenas composta por referências efetivamente feitas no corpo do texto.
- Haverá uma aula específica para orientação dos trabalhos, em que os temas serão discutidos com a turma.

PROGRAMA

1ª Aula – 02/02/2021

- **Apresentação do programa**

2ª Aula – 09/02/2021 – Direito e Política: distinções e problemas

- **Leitura obrigatória:**

1. DA ROS, Luciano; INGRAM, Matthew. Law, courts, and judicial politics. In: Barry Ames (org.) *Routledge handbook of Brazilian politics*. New York: Routledge, 2019, pp. 339-357.
2. NEVES, Marcelo. Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 79-105 (capítulo 3.1).

- **Leituras complementares:**

- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*.

- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes. Capítulo VI do Livro XI.

- KETCHAM, Ralph (ed.). *The anti-federalist papers and the constitutional convention debates*. Signet: New York, 2003. “Brutus” XI, XII, XV.

16/02/2021 - CARNAVAL

3ª Aula – 23/02/2021 – O problema do controle de constitucionalidade e a última palavra

- **Leitura obrigatória:**

3. MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os artigos federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. Artigo 78.

4. MENDES, Conrado Hübner. Is it All About the Last Word? Deliberative Separation of Powers 1, *Legisprudence*, Vol. 3, No. 1, pp. 69-110, 2009.

- **Leituras complementares:**

-KELSEN, Hans. *Jurisdição constitucional*.

- SCHMITT, Carl. *O guardião da constituição*.

-DWORKIN, Ronald. *Freedom's law: the moral reading of the American constitution*. Cambridge: Harvard University Press, 1997. Introduction.

- Marbury v. Madison (1803)

4ª Aula – 02/03/2021 – Tribunais como Atores Políticos: O direito realmente importa?

- **Leitura obrigatória:**

5. DAHL, Robert. Tomada de decisões em uma democracia: a Suprema Corte como uma entidade formuladora de políticas nacionais. *Revista de Direito Administrativo*, v. 252, 2009.
6. FRIEDMAN, Barry. Taking law seriously. *Perspectives on Politics*, v. 4, n. 2, 2006, pp. 261-276.

Leituras complementares:

SHAPIRO, Martin. *Courts*

KAPISZEWSKI, Diana; TAYLOR, Matthew. Doing courts justice? Studying judicial politics in Latin America. *Perspectives on Politics*, v. 6, 2008, pp. 741-767.

5ª Aula – 09/03/2021 – Judicialização da Política: Conceito e discussão
--

- **Leitura obrigatória:**

7. HIRSCHL, Ran. The Judicialization of Mega-Politics and the Rise of Political Courts. *Annual Review of Political Science*, Vol. 11, 2008. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1138008>
8. Ferejohn, John. Judicializing Politics, Politicizing Law. *Law and Contemporary Problems*, 65, 41-68

- **Leituras complementares:**

-COSTA, Alexandre Araújo; BENVINDO, Juliano Zaiden. *A quem interessa o controle concentrado de constitucionalidade? O descompasso entre teoria e prática na defesa dos direitos fundamentais*. Working paper. pp. 3-14; pp. 74-80.

Schwartzberg, Melissa. *Counting the Many: The Origins and Limits of Supermajority Rule*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013

-POGREBINSCHI, Thamy. *Judicialização ou representação?*

Pasquino, Pasquale. "Majority Rules in Constitutional Democracies". In: Novak, Stéphanie; Elster, Jon (Orgs.). *Majority Decisions: Principles and Practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. pp. 219–235

7ª Aula – 16/03/2021 – Judicialização da Política no Brasil

• **Leitura obrigatória:**

9. VIEIRA, Oscar Vilhena. *Supremocracia*. *Revista DireitoGV*, 2008, p. 441-464.

10. Ribeiro, Leandro Molhano & Arguelhes, Diego Werneck. Contextos da judicialização da política: novos elementos para um mapa teórico. *Revista Direito GV*, 15 (2), 2019.

• **Leituras complementares:**

CASTRO, Marcus Faro de. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1997, pp. 147-156

OLIVEIRA, Vanessa. Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política? *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 3, pp. 559-587.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* *Judicialização da política e das relações sociais no Brasil*.

ARANTES, Rogério. Judiciário: entre a justiça e a política. In: Lucia Avelar; Antonio Octavio Cintra. (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora UNESP, 2015, pp. 29-68.

SADEK, Maria Tereza. Poder Judiciário: uma nova instituição. In: *Reforma do Estado brasileiro: perspectivas e desafios*. Cadernos Adenauer, ano IX, 2010.

8ª Aula – 30/03/2021 – Modelos de comportamento judicial

• **Leitura obrigatória:**

11. RIBEIRO, Leandro Molhano; ARGUELHES, Diego Werneck. "Preferências, estratégias e motivações: pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro". *Direito e Práxis*, v. 4, n. 7, pp. 85–121, 2013

12. WHITTINGTON, Keith. Once More into the breach, post-behavioralist approaches to judicial politics, *Law and social inquiry*, v.25 n2, p. 601-634, 2000.
13. KAPISZEWSKI, Diana. How courts works: Culture, institutions and the Brazilian Supremo Tribunal Federal. In: Javier Couso et al., *Cultures of legality: Judicialization and political activism in Latin America*. Cambridge, 2010.

- **Leituras complementares:**

Baum, Lawrence. (1994), "What judges want". *Political research quarterly*, 47(3), pp.749-768.

Sakalauska, Karen.(2017), "Abordagens teóricas para o estudo das decisões da Suprema Corte". Koerner, Andrei. (org.). *Política e direito na Suprema Corte norte-americana*. Ponta Grossa: Editora UEPG, pp. 23-58.

9ª Aula – 06/04/2021 – STF: composição e perfil

- **Leitura obrigatória:**

14. ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Indicações presidenciais para o Supremo Tribunal Federal e suas finalidades políticas. *Revista de Direito Administrativo*, v. 255, 2010, pp. 115-143.
15. LLANOS, Mariana; LEMOS, Leany. Presidential preferences? The Supreme Federal Tribunal nominations in democratic Brazil. *Latin America Politics and Society*, v. 55, 2013, pp. 77-103.

- **Leituras complementares:**

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Criatura e/ou criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988. *Revista DireitoGV*, v. 12, n. 2, 2016.

Fontainha, Fernando; Santos, Carlos Victor; Oliveira, Amanda. (2017), "A elite jurídica e sua política". Engelmann, Fabiano (org.). *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 98-123

TURNER, Claudia; PRADO, Mariana. A democracia e o seu impacto nas nomeações dos diretores das agências reguladoras e ministros do STF. *Revista de Direito Administrativo*, v. 250, 2010, pp. 27-74.

DA ROS, Luciano. Juízes profissionais? Padrões de carreira dos integrantes das Supremas Cortes de Brasil (1829-2008) e Estados Unidos (1789-2008). *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, 2012, pp. 149-169.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal no Pós-Constituição de 1988: profissionais versus políticos. *Teoria & Pesquisa*, v. 40-41, 2002, pp. 183-205.

KOERNER, Andrej; FREITAS, Lígia. O Supremo na Constituinte e a Constituinte no Supremo. *Revista Lua Nova*, v. 88, 2013.

10ª Aula – 13/04/2021 – Discussão dos trabalhos finais

11ª Aula – 20/04/2021 – STF: como funciona o processo decisório

- **Leitura obrigatória:**

16. OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: coalizões e panelinhas. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, 2012, pp. 139-153.

17. MARIANO, Jeferson. Mapeando o Supremo: A posições dos ministros do STF na jurisdição constitucional (2012-2017), *Novos Estudos CEBRAP*, 2018, p. 35-54.

18. MENDES, Conrado Hübner. Onze ilhas. *Tendências e Debates*, Folha de São Paulo, 01 de fevereiro de 2010

- **Leituras complementares:**

ARGUELHES, Diego Werneck & RIBEIRO, Leandro Molhano. *Ministrocracia: O Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro*. Novos Estudos CEBRAP

Hartmann, Ivar Alberto; Ferreira, Lívia da Silva. “Ao relator, tudo: o impacto do aumento do poder do ministro relator no Supremo”. *Revista Opinião Jurídica*, v.13, n.17, pp.268–283, 2015.

Mendes, Conrado.(2012), “O projeto de uma corte deliberativa”. *Vojvodic, Adriana et al.(orgs.). Jurisdição constitucional no Brasil*. São Paulo: Malheiros, pp. 53-74.

Jacobi, Tonja.(2009), “Competing models of judicial coalition formation and case outcome determination”. *Journal of legal analysis*, 1, 2, pp. 411-458.

12ª Aula – 27/04/2021– Judiciário e políticas públicas

Leitura obrigatória:

19. TAYLOR, Matthew. O judiciário e as políticas públicas no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n. 2, 2009, pp. 229-257.

20. WANG, Daniel. Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do STF. *Revista DireitoGV*, v. 4, n. 2, 2008, pp. 539-568.

Leituras complementares:

OLIVEIRA, Vanessa. Poder judiciário: árbitro de conflitos constitucionais entre estados e União. *Revista Lua Nova*, n. 78, 2009.

OLIVEIRA, Vanessa; NORONHA, Lincoln. Judiciary-Executive relations in policy making: the case of drug distribution in the state of São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, v. 5, 2011, pp. 11-46.

Vasconcelos, Natália. (2020). Solução do problema ou problema da solução? *Revista estudos institucionais*, 6, 1, pp. 83-108.

Madeira, Lígia.(2014), “STF como ator político no Brasil”. *Revista debates* ,8(3), pp. 57-95.

Lima, João Marcelo da C. Silva & Arguelhes, Diego Werneck. Políticas públicas, interpretação judicial e as intenções do legislador: o ProUni e o “cripto-ativismo” do Supremo Tribunal Federal. *Revista de Estudos Constitucionais*. 4(2), 2017.

13ª Aula – 04/05/2021 – O ministério Público no Sistema de Justiça brasileiro

○ **Leitura obrigatória:**

21. KERCHE, Fábio. Autonomia e discricionariedade do Ministério Público no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*.

22. ARANTES, Rogério. *Ministério Público e política no Brasil*, Capítulo 1: A reconstrução institucional do ministério público. São Paulo: Idesp, 2002.

14ª Aula – 18/05/2021 – Encerramento e avaliação da disciplina

- **Entrega de projetos para trabalho final**